

Discriminação racial no âmbito escolar**Racial discrimination at school**

DOI:10.34117/bjdv6n9-335

Recebimento dos originais: 08/08/2020

Aceitação para publicação: 15/09/2020

Ronildo Neumann Pastoriza

Formação Acadêmica: Mestrado em Educação - ULBRA e Doutorado em Educação - UNINI-México

Endereço: Rua Alvaro Pedro da Rosa 335 ap. 101 - Porto Alegre-RS CEP: 91.755-190

E-mail: ronildonp@ibest.com.br

Michele Andréia Borges

Formação Acadêmica: Doutora em Engenharia e Gestão do Conhecimento - UFSC. Orientadora de Doutorado da UNINI-México

Endereço: Rua Vento Sul 126 - Campeche-Florianópolis SC. CEP: 88063-070

E-mail: michele.borges@unini.org

RESUMO

Este artigo abordou a discriminação racial no âmbito escolar, desenvolvido em uma Escola Municipal de Porto Alegre-RS. A relevância desse estudo surgiu a partir da atuação do autor como Diretor dessa escola. Durante esse mandato, muitas situações foram causando inquietações. A principal delas dizia respeito a queixas de alunos negros, que se sentiam desconfortáveis, incomodados e agredidos, quando colegas se referiam a eles por apelidos étnico-raciais, em alusão a cor de sua pele, a seus traços físicos e até mesmo a sua religiosidade e sexualidade. Utilizando uma pesquisa qualitativa, esse estudo analisou criticamente essas discriminações, não enquadrando-as como simples brincadeiras entre colegas, mas como mecanismos de atuação do racismo e do preconceito racial se capilarizando para dentro da escola, com a intenção de denegrir a imagem dos alunos negros. Também foi realizada uma retrospectiva da história do racismo no Brasil e as várias maneiras de negação do direito negro a educação. A metodologia utilizada foi a entrevista semiestruturada com os alunos ofendidos e com seus agressores, além do acompanhamento desses alunos nos espaços escolares, mapeando suas movimentações e diálogos. Os resultados constataram que essas discriminações racistas tinham fundamento, e após amplo debate com toda a comunidade escolar, a instituição tomou providências pedagógicas de combate a essas práticas discriminatórias. A conclusão do estudo apontou que o diálogo e a conscientização de alunos vítimas e alunos agressores, além da valorização da estética negra, foram os pilares metodológicos utilizados para o enfrentamento dessas discriminações racistas, narradas pelos alunos afrodescendentes.

Palavras-chave: Discriminação, Racismo, Escola, Diálogo, Valorização.

ABSTRACT

This article addressed racial discrimination in the school environment, developed in a Municipal School in Porto Alegre-RS. The relevance of this study arose from the author's role as Director of this school. During that term, many situations were causing unrest. The main one concerned complaints from black students, who felt uncomfortable, uncomfortable and attacked, when colleagues referred to them by ethnic-racial nicknames, alluding to the color of their skin, their physical features and even their religiosity. and sexuality. Using a qualitative research, this study critically analyzed these discriminations, not framing them as simple jokes among colleagues, but as mechanisms of action of racism and racial prejudice being capillarized into the school, with the intention of denigrating the image of black students . A retrospective of the history of racism in Brazil and the various ways of denying the black right to education were also carried out. The methodology used was the semi-structured interview with the offended students and their aggressors, in addition to monitoring these students in school spaces, mapping their movements and dialogues. The results found that these racist discriminations were well founded, and after extensive debate with the entire school community, the institution took pedagogical measures to combat these discriminatory practices. The conclusion of the study pointed out that the dialogue and awareness of victimized students and abusive students, in addition to the appreciation of black aesthetics, were the methodological pillars used to face these racist discriminations, narrated by Afro-descendant students.

Keywords: Discrimination, Racism, School, Dialogue, Valuation.

1 INTRODUÇÃO

Este artigo abordou a discriminação racial no âmbito escolar, a partir da análise de casos de racismo e preconceito racial em uma Escola Municipal de Porto Alegre, localizada no bairro Lomba do pinheiro, considerado pelas autoridades municipais, como um dos bairros da cidade, com maior percentual de contingente populacional afrodescendente.

A importância deste estudo surgiu quando o autor exerceu mandato de Diretor e, também como Coordenador da EJA (Educação de Jovens e Adultos), na escola acima referida. Durante o mandato de Diretor Escolar, muitas inquietações foram surgindo mas, a mais intrigante surgiu a partir da reclamação dos alunos afrodescendentes, que se sentiam discriminados racialmente, quando a eles se referiam por apelidos étnico-raciais, muitos com cunho pejorativos: negão, macaco, asfalto, pneu, ou ainda mais cruéis, quando se referiam ao seu fenótipo como, a cor da pele (branca de neve, carvão, azul, etc.) e até mesmo ao aspecto físico do seu cabelo (pixaim, bombril, molinha). Em alguns casos, também foram referidas humilhações que se dirigiam a sua sexualidade, ancestralidade e religiosidade. Sobre estes fatos, Silva (2008) coloca que esses apelidos étnico-raciais “são preconceitos que ocorrem dentro da escola e tem como finalidade a hostilidade e a desqualificação da identidade racial do outro”. (Silva, 2008, p.93).

Esses fatos foram denunciados principalmente nas aulas de Educação Física, mas na verdade, ocorrem em todas as disciplinas e em todas as dependências da escola e, por se tratar de casos de racismo, ocorrem muitas vezes, de maneira velada ou explícita. Os atos e atitudes racistas estão espalhados por toda a sociedade brasileira, que historicamente, tem agido em várias facetas, com a intenção de discriminar e denegrir ainda mais, a já baixa autoestima dos alunos negros. Sobre isso, o antropólogo Munanga (2005), considera que, na prática, a escola acaba reforçando as situações de racismo e “na maioria das vezes os professores não estão preparados para lidar com as diferenças e que, inclusive, muitos deles se mostram predispostos a não esperar o melhor resultado do estudante negro e pobre”. (Munanga, 2005, p.14).

Os alunos agressores usavam como desculpa, que suas atitudes eram simples “brincadeiras”, pois afinal todos eles eram “amigos” e muitos eram também “negros”, mas na verdade, os apelidos étnico-raciais não são brincadeiras entre colegas, mas sim formas veladas do racismo agindo no interior da escola e, também na sociedade.

O objetivo deste estudo foi refletir criticamente sobre essas manifestações racistas e preconceituosas que permeiam as relações raciais, dirigidas aos alunos negros e, principalmente, quando referidas a cor da pele, causando desconforto, sofrimento e humilhação. Essas manifestações, como já foram referidas anteriormente, podem ser diretas ou muito sutis. A

metodologia utilizada foi a pesquisa qualitativa, com a aplicação de dois instrumentos de pesquisa: o primeiro, uma entrevista oral e o segundo, um acompanhamento direto desses alunos.

A conclusão deste estudo, apontou que realmente havia evidências das queixas dos alunos afrodescendentes. Após amplos debates com alunos, professores, pais e funcionários, ficou ressaltado que o diálogo entre as partes envolvidas, foi o principal caminho para a conscientização dos abusadores frente aos alunos negros.

Para o entendimento da questão abordada neste artigo, que trata sobre a discriminação racial no âmbito escolar, e que pode ocorrer em qualquer disciplina curricular, é importante salientar os complicados processos que imbricaram na discriminação e no preconceito racial que os afrodescendentes sofreram nas escolas, e continuam sofrendo nos dias de hoje, mesmo decorridas várias décadas, desde a promulgação da abolição da escravidão no Brasil em 1888. Para isso, foi feita uma abordagem sobre os aspectos históricos do racismo no país. Segundo Nascimento (2003), durante muito tempo da existência da história do Brasil, os afrodescendentes constituíram a imensa maioria da população. Porém, juntamente com os índios, os negros formaram uma população de indesejáveis, para as castas que governavam esse país.

Em 1872, o censo governamental revela existir mais de seis milhões de pretos e pardos contra 3,8 milhões de brancos. Escravizados, os negros se tornaram a mão-de-obra fundamental para a produção da riqueza do Brasil, entre os séculos XV e XIX. Pressionada pelas nações europeias, principalmente pela Inglaterra, no final do século XIX, a elite intelectual brasileira, adepta dos ideais iluministas, passou a condenar o sistema colonial e o trabalho escravo. A intenção principal era mostrar que a escravidão violava o direito natural, pois investigações biológicas comprovavam a “humanidade dos negros africanos”. Todavia pertencer à categoria humana não significava posição de igualdade. Junto com o desejo de emancipação dos escravos, estavam embutidos aspectos da diferença e hierarquia entre as raças. Para as elites intelectuais nacionais, juntamente com a questão da abolição, estava o problema da suposta inferioridade biológica inerente à raça negra. Sobre isso, Rocha (2007), ressalta que conciliar a ambição de tornar o Brasil semelhante às grandes nações europeias, com sua população composta majoritariamente de mestiços, negros e índios, se tornou um grande problema para essas castas sociais privilegiadas.

Os discursos da população estrangeira que visitavam o Brasil na primeira metade do século XIX, pretendiam amenizar a escravidão brasileira e a ausência de preconceito, reforçando a incapacidade da população negra. Nesta leitura, a precariedade das condições de vida dos negros devia-se a sua própria incapacidade de progredir, ou seja, o negro era culpado de sua própria desgraça. Ao estudar os relatos de viagem de europeus que estiveram no Rio Grande do Sul, no

século XIX, Zubaran (2004) resgata as imagens que esses viajantes faziam do sul do Brasil, para o imaginário europeu. A autora destaca que a imagem do mito da democracia racial representada pelas relações cordiais e harmônicas, entre senhores e escravos dentro de uma visão paternalista, em que os negros eram representados como escravos-crianças, dependentes dos cuidados e sob a guarda dos senhores governantes. Com isso “*colocaram-se em circulação discursos que serviam para marcar a distância cultural entre o europeu e o afro-brasileiro*” (Zubaran, 2004, p.48). Para Munanga (1999), a abolição da escravidão deu ao negro a posse de si, mas eles continuaram a ser vistos como um entrave para o progresso da nação brasileira. A noção da democracia racial diz que a nação brasileira oferece a todos os seus cidadãos, negros, pardos ou brancos, igualdade de oportunidades em todas as áreas da vida pública e um convívio harmonioso, livre do racismo e da discriminação racial. Conforme o autor, esse discurso da democracia racial contribuiu para camuflar o racismo e encobrir as desigualdades e os conflitos étnico-raciais na sociedade brasileira. O autor salienta ainda que, a centralidade do discurso do branqueamento, construído pelas elites brasileiras na passagem do século XIX para o século XX, em que as elites políticas nacionais acreditavam ser possível branquear a população, promovendo a imigração europeia e supondo que, num processo de mestiçagem, fossem prevalecer as características da “raça branca”. Ainda segundo esse autor, o critério da branquidade estabeleceu-se como norma e padrão de comportamento no Brasil, com efeitos danosos e perversos sobre a cultura e as identidades negras. As famílias negras cansadas de anos de discriminação e preconceito, entendiam que o caminho para uma possível ascensão social, passava pela educação. “*O papel das organizações negras era mostrar para a sociedade branca que os negros eram tão capazes quanto os brancos para se integrarem aos padrões de comportamento dito civilizado*” (Domingues, 2007, p.97). É nesse período do desenvolvimento do Brasil que se tem a consciência de que o país não era uma democracia racial, com a qual as elites brancas queriam que todos acreditassem. A negação ao direito negro à educação persiste até os dias de hoje. O negro continua a ser retratado pelos livros didáticos, na condição de cativo e vivendo em condições subumanas. A invisibilidade e o silenciamento do protagonismo negro na escola, com exceção do mês de novembro, dedicado a Consciência Negra, permanece ainda muito marcante. No Mês da Consciência Negra, o povo afrodescendente é exaltado por suas virtudes e suas personalidades de destaque, principalmente, aquelas consagradas pela mídia, ligadas a política, a música e aos esportes.

Os governantes tentam amenizar esta discriminação com ações afirmativas, como por exemplo, as cotas raciais, que muitas vezes terminam por acentuar ainda mais, o racismo institucional. A promulgação de Leis Federais, como a 10.639/03, tornou-se um marco na luta do

Movimento Negro, diante da persistente discriminação racial contra o povo negro e seus descendentes, no sistema de ensino brasileiro. Essa lei implementa nos currículos escolares o estudo da história e da cultura africana e afro-brasileira e do continente africano, na formação da sociedade brasileira.

Quando foi colocado neste estudo, que os apelidos étnico-raciais se tornaram uma prática cotidiana nas escolas brasileiras, não se estava destacando uma única prática perversa, mas retratando uma constatação histórica de desconstrução da identidade negra. Segundo Gomes (2007), os apelidos não são simples brincadeiras, mas formas de agir do racismo, onipresente e forte. Quando foi referida a discriminação étnico-racial nas escolas, certamente se estava referindo a práticas discriminatórias preconceituosas, que envolvem um universo composto de relações raciais e pessoais. O fato de rotular uma pessoa pejorativamente, com relação a cor de sua pele, a seus traços fenóticos, a seus atributos físicos ou a forma de seus cabelos, são uma tentativa consciente ou inconsciente de perpetuar o racismo, não só nas instituições escolares, mas em toda a sociedade brasileira.

Ainda para Gomes (2007), a identidade de um indivíduo tem seu início no processo que se dá a partir do seu olhar para si próprio e do olhar do “outro” para ele. Por isso é possível depreender que o processo identitário, é tanto individual como coletivo, e sempre engendra instâncias conflituosas. A identidade não somente demarca a existência de um indivíduo no mundo, mas também direciona a maneira como ele vai socializar. Logo, a identidade do negro está intrinsecamente ligada à sua relação com seu próprio corpo, no qual foram inscritos, ao longo da história, valores e crenças negativas que tendem a depreciá-lo.

A autora ressalta que o corpo se destaca, assim, como veículo de expressão de opressão, que constrói no indivíduo diversos sentimentos contraditórios, como rejeição, negação, sofrimento, dor, aceitação, resistência, mas também, felicidade. Foi pensando nesta aceitação positiva, que várias entidades sociais brasileiras, entre elas o Movimento Negro, principalmente no meio acadêmico, desde a década de 1970, vem construindo novos padrões de beleza, que valorizam o corpo negro, para combater o racismo. Ao contrário do que antes acontecia, pois procurava-se embranquecer para combater o racismo, hoje a estratégia é enegrecer o corpo e não somente para demarcar a diferença de maneira positiva, mas também para fortalecer a identidade negra.

O “estilo afro” incorpora elementos africanos, para produzir beleza negra baseada agora em uma determinada noção de africanidade, que imagina e recria a própria África no Brasil. O cabelo crespo, as roupas e acessórios e a aparência física carregam essa africanidade, reconstruindo o orgulho de ser negro no Brasil, de modo positivo.

É percebido que o corpo negro se recria e se ressignifica ao longo da história na sociedade brasileira. Sendo ao mesmo tempo, produtor e fruto da identidade negra, o corpo negro não marca a vida social do povo somente de maneira negativa, estigmatizada, que manifesta sentimento de sofrimento e dor, mas também marca a luta por reconhecimento, resistência e beleza, que traz alegria, satisfação e autoestima. O corpo negro hoje se encontra como instrumento da construção e recriação, não somente da cultura afro-brasileira, mas também da cultura nacional, não a que privilegiava um país miscigenado culturalmente, que sufocava e inferiorizava a cultura negra, mas a que tenta construir, a exemplo da valorização da estética negra, um país multicultural, entendendo e respeitando a diversidade étnico-racial aqui existente.

A beleza negra e principalmente os cabelos negros, receberam atenção especial nas matrizes de cultura africana no Brasil e em especial, nas culturas de origem Banta. Em conjunto com o rosto, os cabelos definiam a pessoa e o grupo a que pertencia. É um complexo sistema de linguagem que pode indicar posição social, identidade étnica, origem, religião e idade. Através dos cabelos, é possível resgatar memórias ancestrais. O negro é lindo! Esta era uma das premissas do movimento Black Power, surgido dos Estados Unidos em 1960, na luta pelos direitos civis dos negros. Este movimento se espalhou e conseqüentemente também chegou ao Brasil. Adornos multicoloridos, tranças, *dreads* e *blacks*, garantem um visual muito bonito. Mas vai muito além da procura pela beleza. Assumir o gosto e o respeito pelas diferentes formas da estética negra, sinaliza um pertencimento e um orgulho dessa herança.

Para Gomes (2010), o corpo é o mais sagrado e completo instrumento de comunicação nas culturas africanas e afro-brasileiras de matriz Banta. A linguagem corporal é compreendida tão claramente, que a roupa não deve inibir nem privar seus movimentos, pois isso seria contra os princípios divinos. Para esta autora, assim como o corpo, a roupa mantém uma relação muito íntima com o sagrado. O negro não se veste, simplesmente. Por trás de cada gesto, há um ritual que o mantém ligado à ancestralidade. A autora destaca que, quando põe sobre o corpo, ouro e metais, sementes e objetos de madeira, búzios, ossos e peles, mesmo inconscientemente, está se conectando com os três reinos originais: o mineral, o vegetal e o animal.

2 METODOLOGIA

A metodologia utilizada foi a pesquisa qualitativa, por proporcionar um contato maior com a realidade. Para isso, foram utilizados dois instrumentos de pesquisa: o primeiro, uma entrevista oral com os alunos envolvidos (abusador e vítima), e o segundo, uma observação direta nos espaços de relações cotidianas desses alunos (pátio, quadra esportiva, corredores, intervalos, sala de aula).

Essa metodologia demonstrou ao longo deste estudo, e após amplos debates com alunos, professores, pais e funcionários, que a relação dialógica entre as partes envolvidas, foi o principal caminho para a conscientização dos alunos abusadores frente aos alunos negros. Ficou combinado em uma decisão pedagógica da escola que, no momento em que qualquer professor ouvisse ou soubesse de alguma manifestação preconceituosa, deveria paralisar sua aula e iniciar uma reflexão dialógica coletiva, ressaltando que atos intimidatórios raciais são crimes, previstos na legislação brasileira, além de afetarem negativamente os alunos afrodescendentes, com relação a sua autoestima e identidade racial. Afinal, a maioria da população brasileira é de origem africana, e ao longo da história do Brasil, muitas foram as contribuições no campo da cultura e de diversas outras áreas, que influenciaram de maneira muito significativa, a formação cultural da atual população brasileira e, portanto, práticas discriminatórias são formas hediondas de comportamento que devem ser combatidas com diálogo, reflexão e se precisar, sob a forma da lei. Outra maneira encontrada para elevar a autoestima dos alunos afrodescendentes, deu-se através da valorização da estética negra, imprimindo a seus corpos, harmonia, beleza física e incorporação positiva do estilo afro-brasileiro.

Por proporcionar uma melhor leitura e entendimento da realidade, foi feita a opção por uma metodologia qualitativa. Para obtenção de dados que criassem subsídios para verificar o problema desse estudo, que abordou a discriminação racial no âmbito escolar, os dois instrumentos de pesquisa, foram utilizados na seguinte ordem: No primeiro, trabalhando em conjunto com o Serviço de Orientação Escolar, foram realizadas entrevistas orais com os alunos que tinham registro de ocorrências raciais no SOE. No segundo instrumento, passou-se a monitorar os espaços escolares que retratavam as relações cotidianas desses alunos (pátio, corredores, intervalos, quadra de esportes, sala de aula). No primeiro instrumento, foram encontrados os registros de dezenove alunos que relataram sofrer com apelidos étnico-raciais. Eram alunos do sexto ao nono ano do Ensino Fundamental (doze meninos e sete meninas), com idade entre dez e treze anos de idade. No segundo instrumento, foram investigadas ações espontâneas dos relacionamentos desses alunos, nos seus espaços de convivência escolar. Ficou evidente e constatado, que realmente, eram tratados de forma pejorativa, através de apelidos raciais, que faziam referências a cor de sua pele, a seus cabelos e a seus traços físicos. Os agressores sempre usavam situações conflituosas que pudessem desvalorizar a autoestima dos alunos negros, algumas vezes de forma direta e explícita e outras em forma de simples “brincadeiras”.

3 RESULTADOS

Uma vez constatada a existência de casos de racismo e preconceito, foram ouvidos os alunos envolvidos (agressores e vítimas). Numa primeira impressão, os abusadores não se sentiam culpados, pois justificavam suas atitudes como brincadeiras entre colegas. Ao se ouvir as vítimas, muitas se sentiam culpadas por não serem brancas (sou feia, meu cabelo é ruim, meu nariz é grosso), justificavam elas. Foi apurado que a simples punição aos abusadores não resolvia o problema. O que realmente surtiu efeito, foi um “diálogo” entre as partes conflitantes. Essa conversa, teve efeito muito positivo, pois todos passaram a entender que é errado abusar, assim como é errado, também se sentir culpado. A partir desse procedimento, começa a surgir o processo de conscientização, que é muito mais eficaz que uma punição administrativa. Os alunos abusadores passaram a entender que suas atitudes não eram brincadeiras, mas sim formas de desqualificar racialmente, seus colegas afrodescendentes, neste complexo e imbricado processo de manifestações racistas, que agem no interior da(s) escola(s). Essas manifestações, como já foram referidas anteriormente, podem ser diretas ou muito sutis. Por isso a importância de refletir o modo de atuação docente e da própria escola, com relação aos casos concretos de racismo e preconceito racial, que venham a ocorrer em todas as disciplinas pedagógicas e, também, propor metas e ações afirmativas, para a escola valorizar a autoestima dos alunos negros, saindo da invisibilidade e falando das questões da negritude, não somente no mês de novembro, por ocasião do Mês da Consciência Negra, mas como protagonista, em todos os meses do ano.

Ficou combinado em uma decisão pedagógica da escola que, no momento em que qualquer professor ouvisse ou soubesse de alguma manifestação preconceituosa, deveria paralisar sua aula e iniciar uma reflexão coletiva, ressaltando que atos intimidatórios raciais são crimes, previstos na legislação brasileira, além de afetarem negativamente os alunos afrodescendentes, com relação a sua autoestima e identidade racial. Afinal, como já foi referido, a maioria da população brasileira é de origem africana, e muito contribuíram para a formação da atual população brasileira e, portanto, práticas discriminatórias são formas hediondas de comportamento que devem ser combatidas com diálogo, reflexão, conscientização, e se precisar, sob a forma da lei. Outra maneira muito positiva de elevar a autoestima dos alunos afrodescendentes na escola, deu-se através da valorização da estética negra, imprimindo a seus corpos, harmonia, beleza física e incorporação positiva do estilo afro-brasileiro.

Após abordar o longo período histórico do racismo no Brasil e a forma como ele está enraizado na sociedade e por consequência nas escolas brasileiras, o entendimento da discriminação racial no ambiente escolar fica mais evidente. Uma das principais indagações dos professores e de

todas as demais categorias que atuam na escola, é a de questionar o silenciamento e a ausência do protagonismo negro. A invisibilidade negra nos murais e cartazes das escolas ao longo dos meses do ano, com exceção do mês de novembro, por ocasião do Mês da Consciência Negra, deve ser amplamente discutida e revista, pois a atuação negra deve estar presente em todo o ano e não restrita a um único mês. A respeito disso, é percebido que os cartazes colocados nos murais e corredores da escola, por ocasião desta comemoração, são os espaços tradicionais e reconhecidos socialmente como espaços afro-brasileiros, tais como: música, carnaval, futebol e religiões de matriz africana. Porém essas “personalidades negra” mostradas, referem-se a exemplos de negros bem sucedidos, com destaque na mídia, particularmente na televisão. Nesse sentido parece haver uma construção celebratória de identidades negras de sucesso, sem que haja um questionamento sobre a exclusão da maior parte dos afrodescendentes na sociedade brasileira. Quando essas personalidades negras que fazem sucesso, são expostas como protagonistas na música, no carnaval, no futebol, se está pontuando a exceção.

Como foi abordado no capítulo referente a estética negra, esta e outras medidas devem ser estimuladas constantemente como forma de resgatar a autoestima e os valores positivos dos alunos afrodescendentes.

Se ressalta que, mesmo após o período abolicionista, o povo negro nunca adquiriu de fato sua liberdade e no contexto escolar, isto se torna ainda mais relevante, pois sempre teve negado ou obstruído o seu acesso à escola. Aliás, esta escola sempre foi pensada para uma elite dominante, branca e com ideais dos colonizadores europeus.

Quando se aborda a questão dos apelidos étnico-raciais, na realidade estamos falando de racismo e preconceito racial. Colocar apelidos nas pessoas negras como “pelé”, “muçum”, “tição”, “buiu”, “macaco”, “branca de neve”, são apelidos pejorativos e estão agindo de forma perversa para desumanizar e desqualificar seres humanos. Sobre isso Gomes (2007), coloca também que elogiar negros dizendo que são de “alma branca” ou fazer piada de mau gosto, usando termos como “coisa de preto” ou “serviço de preto” ou ainda querer agradar negros, dizendo que é negro “mas” é bonito ou, apesar do cabelo ruim, é inteligente, ou ainda, usar eufemismo como “escurinho” e “pessoa de cor”, evitando falar a palavra negro, ou então, negar a ascendência negra do mulato, dizendo que não é totalmente negro, que é de “raça apurada”, usar as expressões como “limpar o sangue” ou “melhorar a raça” ao se referir à miscigenação, ou fazer comparações usando a cor branca como símbolo do que é limpo, bom, puro, e sem contrapartida, usar a cor preta, representando o que é feio, sujo, ruim. Enfim, essa enormidade de exemplos são formas de como o racismo e o preconceito racial se difundem capilarmente pelas escolas e na própria sociedade brasileira.

Felipe e Teruya (2010), destacam que essas narrativas raciais soam como um efeito perverso do racismo no Brasil. Pretender que os insultos raciais não são práticas preconceituosas, pode ser considerado mais um dos impactantes meios pelos quais o racismo e o preconceito penetram no âmbito escolar, naturalizando as práticas racistas. Os autores salientam ainda que, minimizar os xingamentos raciais e entendê-los como uma prática comum na escola, é reproduzir as várias formas de preconceitos existentes na sociedade brasileira e justificar as desigualdades de tratamento e de relacionamento entre os próprios alunos. Ainda sobre isso, referindo-se à atuação docente, Rocha (2007), aponta que: “Se o mestre é daquelas pessoas que se acham engraçadas, ouve ou faz piadas sobre negros, justificando que é só simples brincadeira, ele precisa urgentemente refazer seus conceitos” (Rocha, 2007, p.13).

Gomes (2010), salienta que o racismo é um problema cultural, moral e de mentalidades e que o combate ao racismo passa pelas mudanças de ênfase nas políticas étnico-raciais no ambiente escolar, que é o espaço educativo por excelência. A autora reforça que os xingamentos ético-raciais, são os métodos racistas operando na escola, marcando os corpos dos sujeitos negros de forma estereotipada e negativa, naturalizando e hierarquizando a diferença racial a partir de um conceito biológico de raça centrado na cor da pele, no cabelo negro, no formato do nariz e na espessura dos lábios. Felipe e Teruya (2010) colocam que quando analisamos o pensamento educacional brasileiro após a abolição da escravidão, constatamos que o negro e sua cultura desaparecem do currículo escolar. O silenciamento das mídias sobre as desigualdades raciais, parece exercer um duplo papel: negar os processos de discriminação racial e ocultar a racialização das relações sociais, ao mesmo tempo em que propõe uma homogeneidade cultural do “brasileiro”. O branco é tratado, nos diversos meios de comunicação, como representante natural da espécie, o que se denominou de branquidade normativa, em que as características do branco são tidas como norma e padrão de humanidade.

Ainda sobre isso, Cavalleiro (2005), destaca que a baixa autoestima dos alunos negros se manifesta quando as crianças negras rejeitam a cor de sua pele, seu corpo, seus cabelos, sua própria vida, assim como almejam adquirir as características de pessoas brancas, por essas representarem força, poder, coragem e ascensão social. Ainda para essa autora, dessa forma, tentam aproximar-se do padrão de beleza próprias das pessoas brancas, que é imposto e destacado pelos comerciais apresentados pela mídia.

Diangelo (2020), também aborda esta questão, mostrando as sutilezas do racismo de quem não se acha racista. Esta autora fez um estudo aprofundado das atitudes racistas, e de como cada um de nós, pode refletir sobre elas e tem se tornado um dos trabalhos mais respeitados sobre o preconceito estrutural presentes em nossa sociedade. Frases como: “eu não sou racista, mas...”

demonstram que existe sim um viés racista em algum pensamento, mesmo que involuntário. Ainda mais quando quem disse essa frase é um cidadão branco, que teve em sua criação algum traço de racismo e que luta contra isso. Negação, silêncio, raiva, medo, culpa. Essas são algumas das reações mais comuns, quando se diz a uma pessoa que agiu, geralmente sem intenção, de modo racista. Mas mais do que negar ou se defender, é preciso entender suas atitudes e, não apenas não ser racista, mas se tornar um antirracista.

Ainda para Diangelo (2020), todo o racismo é estrutural, porque é um processo de reprodução das relações que têm como base a existência de raças. É na verdade, um processo histórico e político. Último país do continente americano a abolir a escravidão, o Brasil até 130 anos atrás, era uma terra cheia de negros trancafiados e mantidos em condições subumanas de trabalho, sem remuneração e debaixo de açoite. Esta população está em vulnerabilidade sistêmica desde o 14 de maio do “pós-abolição”. E qualquer movimento que ocorra para modificar esse cenário gera um levante de enfrentamentos, haja vista as dificuldades para implementação das ações afirmativas. Sempre houve denúncias de racismo, mas a sociedade sempre silenciou e o mito da democracia racial ajudou muito nisso. Os sistemas jurídicos do país não garantem as punições. As leis existem, mas são aplicadas por pessoas que estão em uma sociedade de estrutura racista, já que o teor da lei não é direto, mas precisa ser interpretado. Segundo o autor, não adianta ter leis ou políticas instituídas, se a sua aplicabilidade não garante seu propósito.

A forma de atuação e combate a essas práticas, têm se tornado mais eficazes através do diálogo. Por acordo pedagógico da escola, toda vez que o professor ouvir uma manifestação racista, deve imediatamente parar sua aula e abordar esta questão. Atitudes preconceituosas não são simples brincadeiras entre colegas, mas formas nefastas de atuação do racismo, explícita ou mascarada, agindo no ambiente escolar. As simples punições aos alunos infratores tornaram-se ineficazes, pois perante os demais alunos, estes saíam empoderados, como um exemplo de liderança negativa. O que realmente surtiu efeito foi uma conversa franca com os envolvidos. Este diálogo buscou a conscientização dos alunos envolvidos, com a intenção de reconhecer que suas práticas nefastas, além de desqualificar os afrodescendentes, são formas perversas de manifestação explícita de racismo no contexto escolar. Nesse sentido, Dias (2004), aponta que os conflitos raciais presentes na escola, são geralmente tratados como casos isolados e individualizados e nunca como produto de uma sociedade, o que torna o combate aos estereótipos e ao racismo na escola, uma prática muito difícil.

4 DISCUSSÃO E CONCLUSÕES

O racismo se manifesta das mais diversas formas no Brasil: na falta de representatividade de homens e mulheres negras nos espaços públicos, nos índices de exclusão e pobreza e, também, no gigantesco número de assassinatos que ocorrem todos os anos. Mas a discriminação racial não apresenta só em registros do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) ou pelo que sabemos por meio de noticiários. Ela se materializa no olhar que constrange, na reação de estranhamento ou incômodo ao perceber a presença de um negro num espaço de predominância branca. Ela está na piada inocente, que de inocente não tem nada.

É o racismo que age em cada dia, velado ou escancarado, mas ainda aceito e alimentado por quem ignora a sua existência. Somos um país miscigenado, mas nossa miscigenação, em nenhum momento, pressupôs igualdade, pelo contrário: a própria mestiçagem, tem suas práticas de opressão nas relações inter-raciais. É preciso estar atento à principal aliada do racismo, que é a sua negação. Não basta não ser racista, é preciso não aceitar o racismo. Esse modelo existente na sociedade, discrimina, condena, maltrata, humilha, oprime, deprime e mata. Chamar de “negão” não é a mesma coisa que chamar de “alemão”. A carga pejorativa embutida não é equivalente. Cânticos racistas em estádios de futebol não são brincadeiras aceitáveis ou meramente tradicionais. São as diversas formas do racismo e do preconceito racial agindo e desqualificando a população afrodescendente no país.

Diante da persistente discriminação social e racial sofrida pelos afrodescendentes ao longo da história do Brasil, e mesmo após a abolição da escravidão em 1888, sempre houve diversas tentativas históricas de inviabilizar o acesso negro a educação, através de mecanismos estruturais de discriminação, tornando inviável o protagonismo negro na educação, seja ela, Fundamental, Média ou Superior. Da abolição, 132 anos se passaram e com eles quatro gerações. As duas primeiras tentaram sobreviver. Com o sonho da liberdade assegurada, foram abandonados e tiveram que lidar com a sorte. Reuniram-se em quilombos, favelas, comunidades, vilas e no interior do País. Enquanto tentavam sobreviver, ainda se submetiam aos senhores; outros, simplesmente, perambulavam. Alguns senhores reivindicavam indenização do Estado pela perda de seu “produto negro” e sua mão de obra escrava. As outras duas gerações, ainda sob o jugo dos efeitos da história dos seus ancestrais, padecem com o racismo e o preconceito impregnado por toda a sociedade brasileira.

No Brasil, a grande maioria das pessoas admite haver racismo no país, mas quase ninguém se assume como racista. É fundamental que as pessoas brancas compreendam os mecanismos pelos quais o racismo opera, pois podem reproduzi-lo, acreditando estarem imunes por terem um marido

ou esposa ou um filho negro. O racismo tem mil formas de expressão. Uma delas é a ausência. Em determinadas situações, negros não aparecem, basta assistir um filme ou uma novela, para refletirmos sobre a presença ou ausência de atores e atrizes negros. Quantas pessoas negras estão atuando? Que personagens interpretam? A mesma reflexão vale para qualquer produto cultural. Vale para uma exposição de arte, uma festa literária, um debate sobre poesia. Quando ler um livro ou folhear uma revista, a pergunta é, onde estão os negros? Em que papel? Dizendo o quê? O racismo é um infame sistema de hierarquia social, que se reproduz com seleções por aparência e chama de meritocracia, as marcas das desigualdades históricas.

Quase quatro séculos de escravidão deixaram suas marcas. Tudo o que significa luta do homem com a natureza, conquista do solo para a habitação e cultura, estradas e edifícios, canaviais e cafezais, a casa do senhor e a senzala dos escravos, igrejas e escolas, alfândegas e correios, telégrafos e caminhos de ferro, academias e hospitais, tudo, absolutamente tudo que existe no país, como resultado do trabalho manual, como emprego de capital, com acumulação de riqueza, não passa de uma doação gratuita, da raça que trabalha à que faz trabalhar. Já se pagou por esse trabalho? Já se quitou essa dívida histórica? O decreto 1331-A, de 17 de fevereiro de 1854, aprovou a reforma do ensino primário e secundário. No seu artigo 69, para infâmia da nação, diz que não serão admitidos à matrícula, nem poderão frequentar as escolas, os meninos que padecem de moléstias contagiosas, os que não tiverem sido vacinados e os “escravos”.

No contexto escolar, as manifestações racistas ocorrem diariamente de forma velada ou explícita, e sob o disfarce de “simples brincadeiras”, mas na verdade, são o fio condutor do enraizamento racista penetrando os muros escolares. Os passos metodológicos para amenizar essas situações conflituosas, passam por uma conversa franca, visando a conscientização, tanto dos alunos agressores, como também, das suas vítimas, que em certas ocasiões se sentem culpadas, por serem negras e sofrerem essas discriminações. Algumas escolas têm dificuldade em reconhecer o racismo, talvez porque implique em reconhecer as discriminações e desigualdades étnico-raciais que ocorrem no seu interior. Alguns atos racistas são fáceis de se identificar. Porém, muitos outros estão camuflados e fazem parte da estrutura social. Essa estrutura sempre aponta seu dedo punitivo, para falar ou suspeitar do cidadão negro. Isso é chamado de racismo estrutural, conceito no qual se percebe o racismo enraizado na cultura de um ou mais povos e se manifesta por meio da política, do direito, da economia e do imaginário social. Também está nas piadas e nos comentários preconceituosos, quando dirigidos à população afrodescendente. O racismo é uma forma de racionalidade, seguido por ações conscientes e inconscientes, no dia a dia, evidenciando esta forma de preconceito.

A Escola Municipal, palco da realização desse estudo, também foi muito feliz em investir no orgulho da estética “afro”, não somente no mês da Consciência Negra em novembro, mas em todos os meses do ano, como forma de resgatar o orgulho e a autoestima dos seus alunos afrodescendentes (passou-se a falar da beleza negra, dos seus cabelos, do seu biotipo físico).

As limitações encontradas nesse estudo dizem respeito a falta de uma bibliografia mais atualizada, porém isso não foi fator impeditivo, pois os autores citados são referências destacadas na área das questões étnico-raciais e muito contribuíram no suporte explicativo-reflexivo utilizado nesse estudo. A abordagem pedagógica utilizada é instigadora e, sem dúvida, está aberta a novas contribuições.

Concluimos, reforçando a necessidade do diálogo reflexivo entre todos os envolvidos e enfatizando a importância da escola continuar fazendo sua parte, não silenciando e abordando abertamente, temas polêmicos como o racismo, o *bullying* e as relações de poder, envolvendo todos os segmentos da comunidade escolar, trazendo ao debate, os malefícios que essas práticas acarretam para todos os alunos, mas especialmente, aos de origem afrodescendente.

REFERÊNCIAS

- Brasil (2003). Lei nº 10.639 de 9 de janeiro de 2003. Brasília: *Diário Oficial da União* de 10 de janeiro de 2003.
- Cavalleiro, E. (2005). *Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil*. São Paulo: Contexto.
- Dias, L.R. (2004). Quantos passos já foram dados? A questão da raça nas leis educacionais. Da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) de 1961 à Lei 10.639 de 2003. *Revista Espaço Acadêmico*, 38 (7), 20-25.
- Diangelo, R. (2020). *Não basta não ser racista: sejamos antirracistas*. São Paulo: Faro Editorial.
- Felipe, D.A. e Teruya, T.K. (2010). Nota sobre as políticas em prol do ensino da história e cultura afro-brasileira e africana na educação escolar. *Revista Histedbr*, 39 (9), 250-266.
- Gomes, N.L. (2007). Diversidade étnico-racial e Educação no contexto brasileiro. In: *Um olhar além das fronteiras: educação e relações raciais*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.
- _____. (2010). Um olhar além das fronteiras: educação e relações raciais. In: Gomes, N.L. (Org.). *Diversidade étnico-racial e educação no contexto brasileiro*. Belo Horizonte: Autêntica.
- Domingues, P. (2007). *Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos*. Rio de Janeiro: Moderna, 2007.
- Munanga, K. (1999). *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra*. Petrópolis: Vozes, 1999.
- _____. (2005). *Superando o racismo na escola*. Brasília: Ministério da Educação, 2001.
- Nascimento, E.L. (2003). *O sortilégio da cor: identidade, raça e gênero no Brasil*. São Paulo: Summus, 2003.
- Rocha, R.M. (2007). *Educação das relações étnico-raciais: pensando referenciais para a organização da prática pedagógica*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2007.
- Silva, P.V. (2008). *Racismo em livros didáticos: estudos sobre negros e brancos em livros de Língua Portuguesa*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.
- Zubaran, M.A. (2004). *Fixando identidades: representações étnico-culturais na imprensa negra porto-alegrense nas primeiras décadas do século XX*. Projeto de Pesquisa apresentado para o Curso de História da Universidade Luterana do Brasil. Canoas-RS.